

Policy Brief 2017

UMA PROPOSTA DE ÍNDICE DA QUALIDADE DA DEMOCRACIA

Autoras:

*Edalina Rodrigues Sanches, Jayane Maia,
Marina Costa Lobo, Sofia Serra-Silva*



ÍNDICE

1. O QUE SABEMOS SOBRE A QUALIDADE DA DEMOCRACIA EM PORTUGAL

2-3

O que sabemos sobre a
qualidade da democracia
em Portugal

4

Medir a qualidade da
democracia: uma nova
proposta

3-6

Metodologia

7-10

Índice de Qualidade
da Democracia: o
questionário

11

Referências
bibliográficas

A qualidade da democracia é, atualmente, uma das questões mais relevantes na Ciência Política. O interesse crescente por este tema tem suscitado um amplo debate sobre quais são as características ideais (*procedimentais* e *substantivas*) de uma democracia e como podem ser medidas (Beetham 1994; Diamond e Morlino 2005; O'Donnell et al. 2004). Em Portugal, estudos realizados desde o início do século XXI analisaram aspetos importantes do funcionamento da democracia, nomeadamente o exercício da cidadania (Cabral 2000; Lobo 2013) e as atitudes dos cidadãos em relação ao sistema político (Magalhães 2005; Magalhães e Moral 2008; Freire et al. 2014). No entanto, só mais recentemente é que a questão da qualidade da democracia recebeu um tratamento mais abrangente e sistemático tendo por base inquéritos de opinião pública (Torcal e Magalhães 2009; Pinto et al. 2012; Pinto et al. 2013; Lobo 2014; Lobo et al. 2014; algumas exceções: Gorbunova et al. 2016; Fernandes 2017).

Em 2011, o primeiro inquérito do Barómetro da Qualidade da Democracia mediu as avaliações dos cidadãos sobre nove dimensões de qualidade da democracia: direitos e liberdades civis; estado de direito; participação; representação; responsabilização horizontal; responsabilização vertical; responsividade; e igualdade e autonomia do poder político/governação. Os resultados do inquérito revelaram que «os portugueses avaliam a qualidade da democracia de uma forma multidimensional» e que «consideram todas as dimensões quase igualmente importantes» (Pinto et al. 2012). Identificaram-se ainda níveis elevados de apoio ao regime democrático, enquanto melhor forma de governo, ainda que na prática o grau de insatisfação com o seu funcionamento seja notório (65% estão pouco ou nada satisfeitos com o funcionamento da democracia). Estes e outros resultados foram, num estudo posterior, cruzados com outras fontes de informação, permitindo uma caracterização mais fina de cada uma das dimensões de qualidade da democracia (Pinto et al. 2013). Demonstrou-se, entre outras coisas, que os níveis de participação política são baixos, que os cidadãos consideram que a maioria dos decisores políticos são pouco responsabilizados pelas políticas que implementam, que os cidadãos têm perceções muito negativas sobre a equidade e a eficácia do sistema judicial, e que os políticos raramente têm em conta as opiniões dos cidadãos (ibid.).

Em 2014, por ocasião dos 40 anos do 25 de abril, um novo inquérito confirmou grande parte destas tendências. No entanto, verificou-se também nessa ocasião que os níveis de apoio ao regime democrático

permaneciam elevados: 73% da população considerava que a democracia era preferível a qualquer outro tipo de regime político e 60% era da opinião que Portugal tem um regime “tão democrático como os outros” na Europa. Entre aqueles que possuem esta perceção, estão acima da média nacional os mais jovens, os mais escolarizados, os homens, os que estão empregados e os estudantes (Lobo 2014).

Outra forma de medir a qualidade da democracia é através das avaliações feitas por painéis de especialistas; e o *Economist Democracy Index* (EDI) é um exemplo disso. Desde 2011, tem avaliado Portugal como uma “democracia imperfeita”, num esquema de classificação que varia entre “regime autoritário (0)” e “democracia plena (10)”. Esta avaliação reflete retrocessos em matéria de funcionamento do governo, de parti-

confiança no Governo e no Parlamento eram de, respetivamente, 17% e 20%, no Outono de 2016 a confiança nestas instituições cresceu para 39% e 36%, respetivamente.

Estes resultados positivos, embora ainda baixos no que diz respeito à confiança nas instituições, em muito diferem dos dados retirados do *European Social Survey* (2012), os quais apontavam para uma tendência crescente de insatisfação com a democracia. É inegável que o agravamento da crise financeira e económica teve impactos na qualidade de vida dos portugueses, o que certamente influenciou os resultados alarmantes divulgados naquela altura (Gorbunova et al. 2016). Em 2011, 65% dos cidadãos afirmavam-se pouco ou nada satisfeitos com a democracia portuguesa, percentagem que aumentou para 73% em 2014 (Lobo 2014).

(...)

Em 2011, 65% dos cidadãos afirmavam-se pouco ou nada satisfeitos com a democracia portuguesa, percentagem que aumentou para 73% em 2014

cipação política (em 2011) e de cultura política (desde 2013) (Gorbunova et al. 2016). Em 2016, este índice subiu de 7,79 (registado em 2014 e 2015) para 7,86; observando-se assim um alinhamento entre a avaliação feita pelos especialistas e as opiniões dos cidadãos.

De facto, entre os países europeus, Portugal durante os últimos anos tem apresentado uma melhoria nos níveis de satisfação com a democracia, de acordo com os dados apresentados por Pereira et al. (2016) no Relatório Nacional do Eurobarómetro Standard 86. Ao passo que, em 2014 e 2015, as taxas médias de satisfação dos portugueses com a democracia eram de, respetivamente, 26% e 32%, em 2016, esta média aumentou para 52%; valor semelhante à média europeia (53%). Além disso, o Relatório apresenta uma evolução clara das taxas de confiança nas instituições políticas nacionais em Portugal, particularmente em relação ao Governo e ao Parlamento. Enquanto no Outono de 2014 as taxas de

A partir de 2015, a progressão dos dados referentes à satisfação com a democracia e confiança nas instituições contidos no Relatório Nacional do Eurobarómetro demonstra que houve um significativo desanuviamento da opinião pública portuguesa em relação ao período de pessimismo durante a crise. O crescimento da proporção de portugueses que estão satisfeitos com a democracia rompe com um padrão que existia mesmo antes da crise, visto que antes de 2009 Portugal já se apresentava entre os países europeus menos satisfeitos com o regime democrático (Pinto et al. 2013). O padrão de crescente insatisfação com o regime que observámos na última década modificou-se a partir de 2016, com uma recuperação dos índices de satisfação com a democracia e de confiança nas instituições políticas. No entanto, uma análise de dimensões específicas de democracia, recorrendo a opiniões de especialistas pode oferecer um retrato mais rico da qualidade da democracia em Portugal.

2.

MEDIR A QUALIDADE DA DEMOCRACIA: UMA NOVA PROPOSTA

A democracia tem sido equacionada com princípios processuais (Dahl 1989) e substantivos (Beetham 1994) e os vários projetos internacionais que se dedicam a medir a qualidade e os avanços da democracia no mundo procuram operacionalizar estes princípios ainda que utilizando indicadores e metodologias diferentes (ver Figura 1). De uma forma geral as abordagens existentes tendem a ir de encontro a um de três princípios: (i) a *qualidade dos resultados*, ou seja, em que medida os cidadãos estão satisfeitos com a qualidade da governação; (ii) a *qualidade do conteúdo*, isto é, até que ponto as liberdades políticas e os direitos cívicos são respeitados e há equidade social e económica; e (iii) a *qualidade dos procedimentos*, ou seja, em que medida os mecanismos existentes permitem responsabilizar o governo, quer do ponto de vista político quer constitucional (Diamond e Morlino 2004).

(...)
o questionário inclui questões únicas sobre cidadania, transparência, influência internacional e governação multinível

Figura 1 - Projetos sobre a Qualidade da Democracia (seleção)



Neste policy brief apresentamos uma nova proposta – o Índice de Qualidade da Democracia (IQD) – para avaliar o desempenho da democracia portuguesa. O IQD baseia-se no inquérito da *Democratic Audit (Universidade de Essex)*, e mais concretamente na versão que foi implementada em Espanha pela *Fundación Alternativas*, e apresenta algumas novidades relativamente ao panorama de estudos existentes. Em primeiro lugar, o questionário inclui questões únicas sobre cidadania, transparência, influência internacional e governação multinível. Em segundo lugar, a escala de medida aplicada (que varia entre 0-10) permite avaliar com maior precisão cada item de democracia. Em terceiro lugar, o IQD será fruto de avaliações feitas por especialistas das mais variadas áreas das ciências humanas, sociais e económicas. Finalmente, o IQD pretende ser uma ferramenta de monitorização da qualidade da democracia no espaço lusófono. Isto significa que será aplicado em Portugal, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe numa primeira fase e posteriormente na Guiné-Bissau, Moçambique e Angola. Com este índice pretendemos inaugurar um diálogo sobre qualidade da democracia em português que possa contribuir para um maior autoconhecimento sobre o tema no espaço lusófono.

3. METODOLOGIA

A metodologia empregue visa medir a qualidade da democracia com base em inquéritos online a especialistas.

Não somos alheios à controvérsia do método: o funcionamento da democracia pode ser medido? É possível que um valor numérico reflita o desempenho e a qualidade dos múltiplos elementos que compõem o sistema democrático? Embora seja ilusório considerar que uma informação numérica pode resolver ou substituir a discussão qualitativa, necessária, sobre o funcionamento da democracia, os dados quantitativos constituem um elemento essencial dessa discussão. Uma vez que permitem uma ordenação dos elementos democráticos de acordo com seu nível de funcionamento; podem indicar problemas ou sucessos que a análise qualitativa não deteta; e, se a medida continuar ao longo do tempo - veremos isso em exercícios sucessivos -, ajudará a refletir a evolução do sistema e dos seus elementos constituintes.

Inquéritos online a especialistas

Na ciência política é já longa a tradição de aplicação de inquéritos a especialistas. A sua utilização tornou-se popular graças ao estudo de Castles e Mair (1984) que pediu a especialistas (cientistas políticos) em 17 países para localizar os partidos políticos dos seus próprios países na escala esquerda-direita. Desde então podemos contabilizar diversos exemplos em que especialistas são questionados sobre o posicionamento ideológico dos partidos em geral e sobre determinados temas e políticas em particular (Huber e Inglehart 1995; Bakker et al. 2012; Benoit e Laver 2006; Rohrschneider e Whitefield 2009; Bakker et al. 2012).

A popularidade desta técnica de recolha de dados prende-se com um conjunto diversificado de vantagens, como o controlo sobre o tempo e duração do questionário, a possibilidade de personalizar e adaptar os questionários a contextos distintos e uma maior validação, uma vez que os especialistas utilizam múltiplas fontes de informação (Maestas 2016). Aliado ao advento das novas tecnologias de informação e comunicação nos anos 70 e 80, a aplicação destes questionários passou a realizar-se de forma assistida

por computador (CADAC – *Computer-Assisted Data Collection*) e mais tarde, na internet: os *web surveys*.

Atualmente, vários outros projetos, para além do âmbito dos estudos que procuram posicionar os partidos na escala esquerda-direita, têm-se apoiado empiricamente na recolha de dados *online* através da inquirição de especialistas. Veja-se o exemplo do *Electoral Integrity Project* em que 127 especialistas nacionais de 107 países respondem a um inquérito *online* com o objetivo de medir a qualidade das eleições (Norris et al. 2015); ou do *British Election Study* que desde 2015 utiliza inquéritos *online* a especialistas para posicionar os partidos num conjunto de questões e valores que são igualmente respondidos pelos eleitores, permitindo assim uma comparação entre partido-eleitores (Schmitt et al. 2015). Outro exemplo é o inquérito do QoG- *Quality of Government Institute* que desde 2008 mede componentes da qualidade da governação e das instituições do governo. Um projeto longitudinal que se desenvolveu com a participação de mais de 1000 especialistas em todo o mundo.

O interesse pelos inquéritos *online* a

Entende-se por *web survey* um questionário que é computadorizado e autoadministrado, que está alojado num servidor conectado à internet e é respondido através do uso da internet, em que os inquiridos usam um teclado e/ou um rato ou um *touch screen* para responder, em que as respostas são automaticamente agregadas e transmitidas, através da internet, para uma base de dados alojada no servidor e os inquiridos podem usar diferentes instrumentos para responder, como computador pessoal, *smartphone*, *tablets*, internet, televisão, etc. (Callegaro, Manfreda e Vehovar 2015).

3. METODOLOGIA

especialistas não é surpreendente tendo em conta as suas vantagens vis-à-vis os métodos tradicionais (e.g. questionário em papel, entrevistas face-a-face ou por telefone). Nomeadamente, a comodidade e a rapidez do preenchimento (Gunn 2002; Schmidt 1997; Zhang 1999), o potencial para produzir amostras de grande dimensão a baixo custo (Dillman et al 2014), os custos não são proporcionais ao tamanho da amostra (Carini et al. 2003; Dillman et al 2014) e, finalmente, minimizam erros e algumas omissões através do uso de “smart softwares” (Couper, Traugott, & Lamias 2001; Haraldsen et al. 2002; Schaefer & Dilman 1998).

Amostragem

O questionário será distribuído entre especialistas das áreas da ciência política, sociologia, economia, direito, história e dos meios de comunicação. Não se pretende desenhar uma amostra representativa da sociedade portuguesa ou constituída apenas por académicos. Não obstante, pretende-se que haja diversidade entre os especialistas no que diz respeito à área de especialização, género, ideologia, idade e local de residência. O recrutamento será feito com base numa lista compreensiva de especialistas que será desenvolvida para o efeito. A lista incluirá: *staff* académico de Universidades das ciências sociais e humanas bem como jornalistas. Através da técnica de amostragem “bola de neve”, em que cada inquirido indica um novo participante e assim sucessivamente (Goodman 1961), procurar-se-á criar uma lista ampla e variada de especialistas que serão convidados via email a participar no estudo.

Neste estudo, o questionário *online* será administrado através do software Qualtrics. No sentido de encorajar a participação cada especialista receberá um convite personalizado via email com informação sobre o questionário e com um pedido de colaboração no estudo. Apenas aqueles que responderem positivamente receberão posteriormente um link para o questionário *online*. Este procedimento de recrutamento em três passos (email de convite – resposta do especialista – link para o questionário) possibilitará recrutar especialistas que estejam genuinamente interessados em participar no estudo de forma *pro bono*.

Estrutura e design

O questionário foi desenvolvido em língua portuguesa, com o objetivo de ser aplicado em Portugal, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe numa primeira fase e posteriormente na Guiné-Bissau, Moçambique e Angola. Primeiramente, o questionário foi discutido entre especialistas de diversas áreas pertencentes ao SPARC: *Social and Political Attitudes: Resilience and Change*, um Grupo de Investigação do ICS-ULisboa. Posteriormente serão realizados pré-testes sistemáticos em cada país para correção de possíveis problemas.

A estrutura do questionário divide-se em 5 grandes temas que agrupam de forma coesa diversas questões:

- 1) Direitos dos Cidadãos e Estado de Direito (20 questões)
- 2) Representação Política (12 questões)
- 3) Governabilidade e Responsabilidade Política (14 questões)
- 4) Sociedade Civil e Participação (9 questões)
- 5) Dimensão Internacional da Democracia (7 questões)

De seguida apresenta-se o questionário que irá ser aplicado em Portugal e que será replicado, com as devidas adaptações contextuais, nos outros países lusófonos. A maioria das questões foram retiradas do *Democratic Audit (University of Essex)* e do *Relatório da Fundação Alternativas*, aplicados respetivamente no Reino Unido e em Espanha.

Antes de aceder ao questionário, os participantes serão informados de forma precisa acerca da confidencialidade e da privacidade do processo de recolha e de tratamento das respostas.

4.

ÍNDICE DE QUALIDADE DA DEMOCRACIA: O QUESTIONÁRIO

De seguida apresentamos um conjunto de frases relacionadas com o funcionamento da democracia, e que estão agrupadas em cinco grandes áreas de acordo a metodologia do *Democratic Audit*:

- A) Direitos dos Cidadãos e Estado de Direito
- B) Representação Política
- C) Governabilidade e Responsabilidade Política
- D) Sociedade Civil e Participação
- E) Dimensão Internacional da Democracia

Para cada uma das frases, pedimos que avalie, utilizando uma escala de 0 a 10, em que medida determinadas características ideais da democracia portuguesa foram alcançadas. Nesta escala zero indica que Portugal está muito longe de cumprir uma determinada característica de democracia e dez significa que Portugal cumpre plenamente essa característica.

A) Direitos dos Cidadãos e Estado de Direito

Cidadania

- A.1.1. Existe consenso sobre a configuração dos limites do Estado, tal como reconhecido na Constituição.
- A.1.2. Os direitos das minorias étnicas, culturais, religiosas e de orientação sexual estão protegidos.
- A.1.3. Reconhecem-se os direitos de cidadania a todas as pessoas que vivem em Portugal independentemente da sua nacionalidade.
- A.1.4. O desenho institucional da democracia portuguesa permite a convivência entre os distintos grupos sociais.
- A.1.5. O desenho institucional da democracia portuguesa permite a convivência entre as diferentes regiões do país.
- A.1.6. As desigualdades sociais estão a ser reduzidas pelos poderes públicos.

Estado de direito

- A.2.1. As leis são cumpridas de modo eficaz em todo o território nacional.
- A.2.2. Os funcionários públicos cumprem a lei no exercício das suas funções.
- A.2.3. Os juízes são independentes, em relação ao poder político e económico, no exercício das suas funções.
- A.2.4. É garantida a igualdade no acesso dos cidadãos à justiça.
- A.2.5. A legislação penal aplica-se de modo imparcial.

Direitos civis e políticos

- A.3.1. A liberdade de expressão está protegida de forma adequada.
- A.3.2. A liberdade de associação e de reunião está protegida de forma adequada.
- A.3.3. A liberdade de prática religiosa está protegida de forma adequada.
- A.3.4. Protege-se o direito de as pessoas falarem a sua própria língua.
- A.3.5. Respeita-se o direito de as pessoas viverem como quiserem.

Direitos económicos e sociais

- A.4.1. As instituições públicas garantem o acesso a saúde de boa qualidade.
- A.4.2. As instituições públicas garantem o acesso a educação de boa qualidade.
- A.4.3. As empresas respeitam os direitos dos trabalhadores.
- A.4.4. Os sindicatos, empregadores e associações profissionais têm liberdade para organizar e representar os interesses de seus membros.

B) Representação Política

Eleições livres e justas

- B.1.1. Os cidadãos exercem o direito de voto com liberdade, sem coações ou intimidações.
- B.1.2. O processo eleitoral é livre e justo.
- B.1.3. Os partidos políticos podem concorrer às eleições em igualdade de condições.
- B.1.4. Candidatos e partidos políticos têm acesso assegurado aos meios de comunicação.
- B.1.5. Todos os votos contam o mesmo.
- B.1.6. O Parlamento reflete a diversidade do eleitorado.
- B.1.7. Existe um elevado nível de participação nas eleições.

Papel democrático dos partidos políticos

- B.2.1. Os cidadãos podem criar, organizar e manter partidos políticos sem impedimentos legais ou institucionais.
- B.2.2. O sistema de partidos facilita a formação de governos estáveis.
- B.2.3. Os partidos da oposição contribuem para a prestação de contas por parte do Governo.
- B.2.4. O sistema de financiamento dos partidos e das campanhas eleitorais assegura a independência dos partidos e dos candidatos perante os interesses particulares.
- B.2.5. Os partidos políticos representam os problemas e interesses das pessoas.

C) Governabilidade e Responsabilidade Política

Controle do governo

- C.1.1. Os poderes do Parlamento são amplos e eficazes, permitem investigar os atos do Governo e responsabilizá-lo pelas suas ações.
- C.1.2. A transparência da informação é garantida através da disponibilização de dados e de estatísticas confiáveis ao público.
- C.1.3. O Governo está obrigado a dar explicações sobre a gestão que realiza/execução orçamental.

Ação do Governo

- C.2.1. O Governo tem capacidade para resolver os problemas fundamentais da sociedade.
- C.2.2. Os serviços públicos ajustam-se às necessidades dos cidadãos.
- C.2.3. Os poderes autónomos regionais e locais têm as competências e os meios adequados para cumprir as suas obrigações.
- C.2.4. As regiões autónomas e os municípios estão sujeitos a critérios democráticos de transparência e de prestação de contas.
- C.2.5. Existe cooperação entre os diferentes níveis de governo.

Corrupção

- C.3.1. Os cargos públicos são desempenhados com isenção, sem interferência partidária.
- C.3.2. O poder judicial cumpre as suas funções com independência sem estar sujeito às ordens do Governo.
- C.3.3. O poder político encontra-se protegido das pressões do poder económico.
- C.3.4. O sistema institucional português identifica os casos de corrupção política.
- C.3.5. O sistema institucional português pune os casos de corrupção política.
- C.3.6. A administração pública portuguesa está livre de casos de corrupção administrativa.

D- Sociedade Civil e Participação

Os meios de comunicação

- D.1.1. A independência dos meios de comunicação em relação ao poder político está garantida.
- D.1.2. A independência dos meios de comunicação em relação ao poder económico está garantida.
- D.1.3. Os meios de comunicação refletem a pluralidade de opiniões que existem na sociedade.
- D.1.4. Os meios de comunicação têm liberdade e capacidade para denunciar os abusos do poder político e económico.

Participação política

- D.2.1. As associações voluntárias, as organizações cívicas e os movimentos sociais são independentes do poder político.
- D.2.2. Os cidadãos participam ativamente em associações voluntárias e movimentos sociais.
- D.2.3. A participação das mulheres na vida política estende-se a todos os níveis.
- D.2.4. O acesso dos diferentes grupos sociais ao poder político é igualitário.
- D.2.5. Os cidadãos têm fácil acesso aos seus representantes políticos.

E) Dimensão Internacional da Democracia

- E.1.1. O poder político está livre de interferências internacionais, sejam económicas ou políticas.
- E.1.2. As relações do poder político com as organizações internacionais baseiam-se em princípios de cooperação e transparência.
- E.1.3. O Governo respeita o direito internacional.
- E.1.4. O Governo cumpre com as suas obrigações dentro da União Europeia.
- E.1.5. O Governo promove os direitos humanos e a democracia para além das suas fronteiras.
- E.1.6. As forças armadas estão plenamente subordinadas à autoridade civil, isto é, acatam as ordens emitidas pelos governos e sujeitam-se completamente às leis que regem o país.
- E.1.7. A política de defesa do país é decidida pela liderança civil (isto é, presidentes, primeiros-ministros, ministros da defesa e parlamento) ou os militares têm autonomia para definir tal política.

F) Perguntas gerais

F.1. As pessoas muitas vezes discordam sobre as características que consideram mais importantes numa democracia. A partir desta lista, escolha a característica que considera ser a mais essencial numa democracia (UMA SÓ RESPOSTA).

- Eleições regulares
- Uma economia que assegure rendimentos dignos
- Um sistema judicial que trate todos por igual
- Respeito pelas minorias
- Liberdade de expressão
- Nenhuma das anteriores

F.2. De um modo geral, sente-se muito satisfeito, bastante satisfeito, algo satisfeito, pouco satisfeito ou nada satisfeito com a maneira como funciona a democracia em Portugal?

- Muito satisfeito
- Bastante satisfeito
- Algo satisfeito
- Pouco satisfeito
- Nada satisfeito

F.3. Na sua opinião, nos mais de quarenta anos da democracia portuguesa, as desigualdades sociais reduziram...?

- Muito
- Bastante
- Mais ou menos
- Pouco
- Nada

F.4. Apresentamos de seguida um conjunto de afirmações relacionadas com o funcionamento do sistema democrático. Gostaríamos que nos dissesse em que medida concorda com cada uma delas utilizando uma escala que varia entre 1 (Discorda Completamente) e 5 (Concorda Completamente):

- A Justiça trata ricos e pobres de igual forma.
- O sistema eleitoral português prejudica os partidos pequenos.
- As listas fechadas são antidemocráticas.
- Os partidos elegem seus candidatos por meio de procedimentos democráticos.
- Os governantes tomam suas decisões em função dos interesses da maioria dos cidadãos.

F.5. Poderia indicar-nos também, em que medida concorda com as frases que se seguem, sobre o futuro da democracia portuguesa?

a) Tendo em conta a perda de soberania dos governos nacionais para definir as suas políticas económicas, o melhor para Portugal seria

Concorda totalmente	Concorda	Não concorda nem discorda	Discorda	Discorda totalmente

b) Depois de 40 anos em vigor, a Constituição portuguesa deveria ser reformada.

Concorda totalmente	Concorda	Não concorda nem discorda	Discorda	Discorda totalmente

c) Se está de acordo que a Constituição deveria ser reformada, indique por favor, quais são as três reformas mais necessárias:

1. _____
2. _____
3. _____

Por fim gostaríamos de colocar algumas questões adicionais:

G.1. Indique, por favor, qual o seu género.

- Feminino
- Masculino

G.2. Qual o seu ano de nascimento? _____

G.3. Em que cidade nasceu? _____

G.4. Em que distrito reside? _____

G.5. Qual o seu grau de escolaridade?

- Ensino Básico incompleto (< 9º ano)
- Ensino Básico completo (9º ano)
- Ensino Secundário completo (12º ano)
- Ensino Técnico/Profissional
- Licenciatura
- Pós-graduação/Mestrado/Doutoramento

G.6. Qual a sua área de especialização?

- Direito
- Economia
- Política/Relações Internacionais
- Outras Ciências Sociais/Humanas
- Outra- Qual?

G.7. Pertence a algum partido político?

- Sim
- Não

G.8. Pertence a alguma associação profissional ou sindicato?

- Sim
- Não

G.9. Em política, as pessoas por vezes falam de esquerda e de direita. Onde é que se posicionaria numa escala de 0 a 10, onde 0 significa esquerda e 10 significa direita?

Esquerda	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Direita

G.10. Nas últimas eleições legislativas realizadas em Portugal?

- Votou
- Não votou
- Não se lembra
- Prefere não responder

G.11. Poderia indicar em que partido ou coligação votou?

- Bloco de Esquerda
- CDS-PP
- CDU
- Partido Ecologista – Os Verdes
- PCP
- PPD-PSD
- PS
- Outro
- Não sabe
- Não responde

Recordamos que todas as respostas serão tratadas de forma anónima e confidencial. Os dados serão publicados na forma de estatísticas agregadas, e têm fins exclusivamente académicos.

Muito Obrigada pela sua colaboração!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bakker, Ryan, Seth Jolly, e Jonathan Polk. 2012. "Complexity in the European party space: Exploring dimensionality with experts". *European Union Politics* 13 (2):219–45.
- Beetham, David. 1994. *Defining and Measuring Democracy*. SAGE Modern Politics series 36. Londres: SAGE Publications Ltd.
- Benoit, Kenneth, e Michael Laver. 2006. *Party Policy in Modern Democracies*. Routledge Research in Comparative Politics 19. Londres: Routledge.
- Cabral, Manuel Villaverde. 2000. "O exercício da cidadania política em Portugal". *Análise Social* XXXV (154–155):85–113.
- Callegaro, Mario, Katja Lozar Manfreda, e Vasja Vehovar. 2015. *Web survey methodology*. Research Methods for Social Scientists. Londres: SAGE Publications Ltd.
- Carini, Robert M., John C. Hayek, George D. Kuh, John M. Kennedy, e Judith A. Ouimet. 2003. "College Student Responses to Web & Paper Surveys: Does Mode Matter?" *Research in Higher Education* 44 (1):1–19.
- Castles, Francis Geoffrey, e Peter Mair. 1984. "Left–Right Political Scales: Some 'Expert' Judgments". *European Journal of Political Research* 12 (1):73–88.
- Couper, Mick P., Michael W. Traugott, e Mark J. Lamias. 2001. "Web survey design and administration". *Public Opinion Quarterly* 65 (2):230–53.
- Dahl, Robert. 1989. *Democracy and its Critics*. New Haven, CT: Yale University Press.
- Diamond, Larry, e Morlino, L. (Eds.). (2005). *Assessing the quality of democracy*. JHU Press.
- Diamond, Larry, e Leonardo Morlino. 2004. "The quality of democracy: An overview". *Journal of Democracy* 15 (4):20–31.
- Dillman, Don A., e Leah Melani Christian. 2014. *Mail & Internet Surveys: The Tailor Design Method*. 2ª ed. Nova York: Wiley.
- European Social Survey - ESS Round 6. 2012. "Country-specific data Portugal round 6".
- Fernandes, Tiago, org. 2017. *Variedades da Democracia na Europa do Sul 1968-2016: Uma Comparação entre Espanha, França, Grécia, Itália e Portugal*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Freire, André, Marco Lisi, Ioannis Andreadis, e José Manuel Leite Viegas. 2014. "Political representation in bailed-out Southern Europe: Greece and Portugal compared". *South European Society and Politics* 19 (4):413–33.
- Goodman, Leo A. 1961. "Snowball sampling". *The Annals of Mathematical Statistics* 32 (1):148–70.
- Gorbunova, Ekaterina, Edalina Rodrigues Sanches, e Marina Costa Lobo. 2016. "A satisfação com a democracia e os fatores explicativos". In *Portugal Social em Mudança 2015*, 9–17. J. Ferrão & A. Delicado (eds.). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Gunn, Holly. 2002. "Web-Based Surveys: Changing the Survey Process". *First Monday* 7 (12).
- Haraldsen, G., Dale, T., Dalheim, E., e Strømme, H. 2002. "Mode Effects in a Mail plus Internet Designed Census." Comunicação apresentada na Conferência Internacional "Improving Surveys", Copenhaga.
- Huber, John, e Ronald Inglehart. 1995. "Expert interpretations of party space and party locations in 42 societies". *Party Politics* 1 (1):73–111.
- Lobo, Marina Costa, org. 2013. "Uma cidadania política, mas pouco". In *Portugal e a Europa: novas cidadanias*, 51–84. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- . 2014. "A qualidade da democracia em Portugal, 2014". In *Policy Brief 2014 Barómetro da Qualidade da Democracia*, 2–11. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Lobo, Marina Costa, António Costa Pinto, e Pedro C. Magalhães. 2016. "Portuguese democratisation 40 years on: its meaning and enduring legacies". *South European Society and Politics* 21 (2):163–80.
- Maestas, Cherie. 2016. "Expert Surveys as a Measurement Tool: Challenges and New Frontiers". In *The Oxford Handbook of Polling and Survey Methods*. L. Atkeson & R. M. Alvarez (eds). Oxford: Oxford University Press.
- Magalhães, Pedro C. 2005. "Disaffected democrats: Political attitudes and political action in Portugal". *West European Politics* 28 (5):973–91.
- Magalhães, Pedro C., e Jesus Sanz Moral. 2008. "Os jovens e a política". Estudo do Centro de Sondagens e Estudos de Opinião da Universidade Católica Portuguesa. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa.
- Norris, Pippa, Ferran Martínez i Coma, Alessandro Nai, e Max Grömping. 2016. "The Year in Elections, 2015". Sydney: Universidade de Sydney.
- O'Donnell, Guillermo, Jorge Vargas Cullel, e Osvaldo M. Iazetta, eds. 2004. *The Quality of Democracy: Theory and Application*. Notre Dame, IN: University of Notre Dame Press.
- Pereira, José Santana, Carlos Jalali, Marina Costa Lobo, e Patrícia Silva. 2016. "Relatório Nacional do Eurobarómetro Standard 86: Portugal". <https://ec.europa.eu/portugal/sites/portugal/files/eurobarometro-standard-86-portugal.pdf>.
- Pinto, António Costa, Pedro C. Magalhães, Luís de Sousa, e Ekaterina Gorbunova. 2012. "Relatório I – A qualidade da democracia em Portugal: a perspectiva dos cidadãos". Barómetro da Qualidade da Democracia. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.
- Pinto, António Costa, Luís de Sousa, e Pedro C. Magalhães, orgs. 2013. *A Qualidade da Democracia em Portugal: A Visão dos Cidadãos*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Rohrschneider, Robert, e Stephen Whitefield. 2009. "Understanding Cleavages in Party Systems: Issue Position and Issue Salience in 13 Post-Communist Democracies". *Comparative Political Studies* 42 (2):280–313.
- Schaefer, David R., e Don A. Dillman. 1998. "Development of Standard Email Methodology". *Public Opinion Quarterly* 62 (3):378–97.
- Schmidt, William C. 1997. "World Wide Web Survey Research: Benefits, Potential Problems, & Solutions". *Behavioral Research Methods, Instruments, & Computers* 29 (2):274–79.
- Schmitt, Hermann e G. Evans, E. Fieldhouse, J. Green, J. Mellon, C. Prosser and C. van der Eijk. 2015. *British Election Study 2015 Expert Survey*.
- The Economist Intelligence Unit's Democracy Index 2016. 2016. <https://infographics.economist.com/2017/DemocracyIndex/>
- Torcal, Mariano, e Pedro C. Magalhães. 2009. "Political Culture in Southern Europe: Searching for Exceptionalism", 1–55.
- Zhang, Yin. 1999. "Using the Internet for Survey Research: A Case Study". *Journal of the American Society for Information Science* 51 (1):57–68.

Observatório «Barómetro da Qualidade da Democracia»

O Observatório da Qualidade da Democracia (OQD) é um programa de investigação permanente do Instituto de Ciências Sociais que promove e organiza projectos focados nas diversas características, no funcionamento e na qualidade dos regimes democráticos.

Criado em 2010 com o nome Barómetro da Qualidade da Democracia, o OQD pretende ser um repositório de informações relevantes acerca dos temas que envolvem a democracia em Portugal e nos demais países de língua oficial portuguesa. Nesse sentido, o OQD almeja ser um espaço de divulgação e produção de conhecimento de referência ao nível nacional e internacional.

Saiba mais em

www.oqd.ics.ulisboa.pt

ISBN: 978-972-671-483-5

ICS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

FCT Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia

U LISBOA | UNIVERSIDADE
DE LISBOA

